VIII – de “magnético” para “eletrônico/digital”;

Art. 2º. Ficam suprimidos o(s) seguinte(s) dispositivos:

I – Parágrafo Único do Art. 7º-C;

II – Parágrafo Único do Art. 24.

Art. 3º. Ficam alterados/modificados a Ementa e os seguintes Considerandos, componentes do ato de motivação inicial da Instrução Normativa AGE Nº 001/2014, que passam a vigorar com as redações a seguir:

I – A Ementa:

“Dispõe sobre a definição de procedimentos adicionais a serem observados pelos(as) Órgãos/Entidades integrantes do Poder Executivo Estadual, objetivando disciplinar a emissão de Relatórios e Pareceres dos Órgãos Componentes do Sistema de Controle Interno sobre as Prestações de Contas de Gestão dos Recursos Públicos Estaduais Anual junto ao Tribunal de Contas do Estado – TCE.”

II – O segundo Considerando:

“Considerando a competência da Auditoria Geral do Estado – AGE, quanto à normatização, o acompanhamento, à sistematização, à racionalização e à padronização dos procedimentos de fiscalização, auditoria e avaliação de gestão, conforme dispõe o Art. 5º, Inciso II, da Lei Estadual Nº 6.176, de 29 de dezembro de 1998, e alterações posteriores, e o Art. 4º, § 4º, do Decreto Estadual Nº 2.536, de 03 de novembro de 2006;”

III – O terceiro Considerando:

“Considerando que cabe a este Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, orientar, técnica e normativamente, os demais Órgãos/Entidades integrantes deste Poder, conforme dispõe o Art. 1º, c/c o Art. 2º, Inciso I da Lei Estadual Nº 6.176/1998, de 29 de dezembro de 1998, alterados pela Lei Estadual Nº 6.832/2006, de 13 de fevereiro de 2006, e o Art. 4º do Decreto Estadual Nº 2.536/2006, de 03 de novembro de 2006;”

IV – O quarto Considerando:

“Considerando as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei da Transparência, Lei de Acesso à Informação – LAI e do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MORSC, buscando-se dar maior publicidade, transparência, disponibilidade e acesso público às informações acerca da utilização dos recursos públicos e sua prestação de contas aos Cidadãos, viabilizando o Controle Social e a participação popular, em consonância com o estabelecido pelo Art. 20 da Constituição Estadual;”

V – O nono Considerando:

“Considerando o estabelecido no Art. 4º, § 4º do Decreto Estadual Nº 2.536/2006 e o preconizado pelo Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI nas Diretrizes Nºs: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 09, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54 e 70, c/c, no que couber, ao funcionamento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, à Resolução Nº 05/2014 da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, em especial, Diretriz Nº 32;”

VI – O décimo Considerando:

“Considerando a Reestruturação da Administração Pública, ocorrida em 1º de janeiro de 2015, por meio da Lei Estadual Nº 8.096/2015, promovendo a extinção, fusão e outras mudanças estruturais significativas em Órgãos/Entidades do Poder Executivo, inclusive a extinção das Secretarias Especiais, assim como as transferências e absorções de responsabilidades delas decorrentes aos remanescentes e criados, de acordo com suas áreas de competências;”

VII – O décimo segundo Considerando:

“Considerando que dentre os recursos existentes/disponíveis utilizados pelo Poder Executivo Estadual destaca-se o SIAFEM, dispondo em sua estrutura lógica/operacional de informações/dados por UG, consolidados por Órgão/Entidade, melhor atendendo às necessidades para subsidiar o processo decisório e atuação dos Órgãos Componentes do Sistema de Controle Interno, ao assessoramento Superior, inclusive quanto à adoção de providências do Gestor Máximo/Ordenador de Despesa;”

VIII – O décimo terceiro Considerando:

“Considerando que o conjunto de informações/dados existentes no SIAFEM, tanto da UG Principal quanto da(s) UG(s) Vinculada(s), consolidados por Órgão/Entidade, além de favorecer ao processo decisório, observam e fundamentam-se no preceito técnico do princípio contábil da Entidade, com mesmo Ordenador de Despesa Originário e, portanto, em visão ampla do processo de Prestação de Contas de Gestão dos Recursos Públicos Estaduais Anual, corresponsável “in vigilando” pelos Atos e Fatos de Gestão, adotados na implementação das Políticas Públicas daquela área governamental, constituindo em mais uma linha de defesa do Sistema de Controle Interno, conforme estabelecido no Art. 23 da Constituição Estadual;”

IX – O décimo quarto Considerando:

“Considerando a oportunidade de convergir os esforços necessários e de proceder-se a aperfeiçoamentos relacionados ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual decorrente do aprendizado institucional já obtido nos Exercícios anteriores, bem como da implementação e operacionalização do

Plano Permanente de Providências AGE – PPP AGE e do Resultado do Monitoramento do Plano Permanente de Providências AGE – RMPPP AGE, que se constituem em instrumentos para subsidiar a implementação, o monitoramento e o atendimento tempestivo e efetivo, pelos(as) Órgãos/Entidades integrantes deste Poder Executivo Estadual, das Recomendação(ões) Padrão AGE – RP(s) AGE exaradas por este Órgão Central do Sistema de Controle Interno, consideradas situações/oportunidades de melhoria na Gestão Pública;”

X – A última motivação:

“A Auditoria Geral do Estado – AGE, atuando como Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, em consonância com o Art. 2º, Incisos I, II, III, IV, V, VI e VII, da Lei Estadual Nº 6.176/1998, de 29 de dezembro de 1998, com as alterações procedidas pelas Leis Estaduais Nºs. 6.275/1999 e 6.832/2006, de 28 de dezembro de 1999 e 13 de fevereiro de 2006, respectivamente, e objetivando definir procedimentos adicionais a serem observados pelos(as) seus(uas) Órgãos/Entidades integrantes, objetivando disciplinar a emissão de Relatórios e Pareceres dos Órgãos Componentes do Sistema de Controle Interno sobre as Prestações de Contas de Gestão dos Recursos Públicos Estaduais Anual junto ao Tribunal de Contas do Estado – TCE.”

Art. 4º. Ficam acrescidos à IN AGE Nº 001/2014 os dispositivos a seguir, renumerando-se os Capítulos e artigos subsequentes:

I – O § 1º ao Art. 8º, renomeando-se o § Único para § 2º:

“Art. 8º. (...)”

Parágrafo Primeiro. O prazo de envio à Auditoria Geral do Estado – AGE do Relatório e Parecer do(s) Responsável(eis) pela Gestão Contábil do(a) Órgão/Entidade, por meio impresso e em formato eletrônico/digital, será anualmente estabelecido nos ANEXOS I, I-A e I-B – CRONOGRAMA E CONTEÚDO PROCESSUAL PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA; FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES; EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, respectivamente, devendo ser observado o disposto no Parágrafo Primeiro do Art. 7º-D e no Parágrafo Único do Art. 7º-E, todos desta IN AGE, ressaltando-se que o não encaminhamento do(s) documento(s) sob comento e/ou a inobservância dos prazos estabelecidos poderá repercutir em avaliação com restrições ao desempenho das atribuições inerentes ao(s) Contador(es) Responsável(eis) pela Gestão Contábil daquele(a) Órgão/Entidade.

Parágrafo Segundo. (...)”

II – O § 2º ao Art. 21, renomeando-se o § Único para § 1º:

“Art. 21. (...)”

Parágrafo Primeiro. (...)”

Parágrafo Segundo. O prazo de envio à Auditoria Geral do Estado – AGE do Rol de Responsáveis, por meio impresso e em formato eletrônico/digital, será anualmente estabelecido nos ANEXOS I, I-A e I-B – CRONOGRAMA E CONTEÚDO PROCESSUAL PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA; FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES; EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, respectivamente, devendo ser observado o disposto no Parágrafo Primeiro do Art. 7º-D e no Parágrafo Único do Art. 7º-E, todos desta IN AGE, ressaltando-se que o não encaminhamento do(s) documento(s) sob comento e/ou a inobservância dos prazos estabelecidos poderá repercutir em avaliação com restrições ao desempenho das atribuições inerentes ao processo de Prestação de Contas dos Recursos Públicos Estaduais Anual daquele(a) Órgão/Entidade.”

III – o CAPÍTULO VIII – DO PLANO PERMANENTE DE

PROVIDÊNCIAS AGE – PPP AGE:

“CAPÍTULO VIII – DO PLANO PERMANENTE DE

PROVIDÊNCIAS AGE – PPP AGE

Seção I – Conceito e Objetivos.

Art. 22. Em consonância com o disposto no Art. 14, Inciso VII, §§ 2º, 3º e 4º desta IN AGE, fica instituído o Plano Permanente de Providências AGE – PPP AGE dos(as) Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual.

Art. 23. O Plano Permanente de Providências AGE – PPP AGE é o instrumento de planejamento institucional dos(as) Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual que comunica e demonstra, aos Clientes internos e externos, as ações que foram, estão e/ou serão executadas pela Gestão, objetivando atender tempestiva e efetivamente as Recomendação(ões) Padrão AGE – RP(s) AGE exaradas no Relatório de Auditoria de Gestão AGE sobre as suas respectivas Prestações de Contas de Gestão dos Recursos Públicos Estaduais Anual analisadas por este Órgão Central do Sistema de Controle Interno.

Art. 24. A elaboração do PPP AGE será norteada para o alcance dos seguintes objetivos, dentre outros:

I – comunicar e demonstrar aos Clientes internos e externos quais as ações institucionais que foram, estão e/ou serão adotadas pelo(a) Órgão/Entidade para o cumprimento da(s) RP(s) AGE exaradas no Relatório de Auditoria de Gestão AGE e/ou evitar a reincidência dos apontamentos deste Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual no Exercício imediatamente subsequente;

II – subsidiar a fase de planejamento institucional para o pleno e tempestivo atendimento da(s) RP(s) AGE exaradas pela AGE;

III – desenvolver Cronograma/Plano de Ação Institucional que evidenciará datas, providências, responsabilidades e Setores envolvidos na implementação de ações administrativas cabíveis ao atendimento das situações detectadas/apontadas no Relatório de Auditoria de Gestão AGE;

IV – fortalecer e subsidiar a atuação das(os) UCI(s)/APC(s) como Unidade de Assessoramento ao Gestor Público e enquanto Membro Componente do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual;

V – promover a excelência do Sistema de Controle Interno quanto ao acompanhamento, sistematização, padronização, celeridade e tempestividade no Monitoramento e Avaliação das Recomendação(ões) Padrão AGE – RP(s) AGE, que se caracterizam como oportunidades/situações da melhoria de Gestão identificadas por esta AGE, bem como subsidiar a avaliação do status de atendimento e do grau de efetividade de implementação por parte dos(as) Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual.

Seção II – Estrutura e Prazo de Implementação.

Art. 25. O PPP AGE observará a estrutura do ANEXO XI - PLANO PERMANENTE DE PROVIDÊNCIAS AGE – PPP AGE desta IN AGE e será elaborado considerando um prazo de implementação de até 180 dias, contados a partir da última data limite estabelecida para envio da Prestação de Contas de Gestão dos Recursos Públicos Estaduais Anual dos(as) Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual ao Tribunal de Contas do Estado – TCE.

Parágrafo Primeiro: Todos os campos de informação e assinaturas estabelecidas no ANEXO XI desta IN AGE possuem caráter obrigatório, sendo condição indispensável para ser considerado por esta AGE como documento oportuno, completo e institucional.

Parágrafo Segundo: A AGE poderá, no decorrer de sua implementação, propor alterações no PPP AGE do(a) Órgão/Entidade caso julgado necessário para oportunizar/otimizar as providências/ações para o integral cumprimento da(s) Recomendação(ões) Padrão AGE – RP(s) AGE, objetivando a melhoria/aperfeiçoamento da Gestão Pública.

Seção III – Forma e Prazo de Encaminhamento.

Art. 26. O PPP AGE será encaminhado anualmente à Auditoria Geral do Estado – AGE, pelo Ordenador de Despesa e/ou Gestor Máximo do(a) Órgão/Entidade, em arquivo eletrônico, nos formatos “pdf” ou “.doc” ou “.docx”, em cada Exercício Financeiro analisado, e de acordo com o prazo estabelecido no ANEXO I-C – CRONOGRAMA E CONTEÚDO PROCESSUAL PARA ELABORAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DO PPP AGE E DO RMPPP AGE desta IN AGE:

I – pela internet, para o email: auditoria@age.pa.gov.br;

II – pelo Sistema de Controle Preventivo - SICONP ou outra solução tecnológica, a critério e conforme orientação da AGE.

Parágrafo Único: no caso de comprovada inviabilidade técnica para aplicação dos Incisos I e/ou II deste Artigo, será aplicado, excepcionalmente, o procedimento de envio em formato impresso, até que seja superada a situação que a motivou, sempre devidamente protocolizado o encaminhamento no Sistema E-Protocolo e condicionado a seu recebimento pela AGE.

Seção IV - Responsabilidades.

Art. 27. A responsabilidade pelo encaminhamento tempestivo e adequado das informações prestadas no PPP AGE é do Dirigente Máximo do(a) Órgão/Entidade.

Parágrafo Primeiro: As Áreas Técnicas/Setoriais do(a) Órgão/Entidade deverão prestar auxílio ao Gestor Máximo no limite de suas atribuições, sendo seus documentos e informações objeto de registro em Papéis de Trabalho do Sistema de Controle Interno, no que tange ao processo de monitoramento, nos termos desta IN AGE.

Parágrafo Segundo: O(s) Responsável(eis) pela(os) UCI/APC(s) deverá(ão) assessorar diretamente o Gestor Máximo quanto à elaboração e encaminhamento tempestivo e adequado do PPP AGE, sendo considerado Responsável solidário pela intempestividade do seu encaminhamento, se for o caso, salvo quando tenha(m) adotada(s), comprovadamente, as devidas providências para cumprimento do prazo.

Parágrafo Terceiro: A ausência de elaboração tempestiva do PPP AGE será causa suficiente para emissão de Solicitação de Ação Corretiva – SAC, pela(o/os) UCI/APC(s), emitida ao Gestor Máximo, com prazo de 5 dias úteis para seu efetivo cumprimento de encaminhamento à AGE.

Parágrafo Quarto: Expirado o prazo estabelecido no Parágrafo anterior sem a elaboração do PPP AGE, a(o/os) UCI/APC(s) dará(ão) conhecimento à AGE, com cópia encaminhada ao Gestor Máximo do(a) Órgão/Entidade, para conhecimento e providências cabíveis.

Parágrafo Quinto: O(s) não encaminhamento do PPP AGE no prazo estabelecido no Art. 26 deste Normativo do PPP AGE ou ausência de justificativas, ou o não acatamento destas pela AGE, será, a critério desta, considerados a materialidade, criticidade e relevância envolvidos, causa para exarar Recomendação Padrão AGE – RP AGE no Relatório de Auditoria de Gestão AGE sobre a Prestação de Contas de Gestão dos Recursos Públicos